



**Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020**

**“Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”**

**Emenda Modificativa**

Art. 1º. O caput do artigo 4º-F da Lei nº 13.979, de 2020, na redação que lhe deu o artigo 1º da medida provisória nº 926, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º-F Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.” (NR)

**Justificação**

Como forma de proteção dos trabalhadores, exclui-se a possibilidade de dispensa da regularidade trabalhista na contratação por dispensa de licitação, de que trata essa medida provisória.

Sala das Sessões, em        de março de 2020.

**João Daniel**  
Deputado Federal (PT-SE)

